

SEÇÃO: VARIA

## OS BENS DA FORTUNA EM BOÉCIO E O ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR CONFORME A NOVA BNCC: UMA APROXIMAÇÃO POSSÍVEL?<sup>1</sup>

*The goods of fortune in Boethius and school religious education according to the  
new BNCC: a possible approach?*

Cleber Duarte Coelho<sup>2</sup>

[orcid.org/0000-0002-5314-2550](https://orcid.org/0000-0002-5314-2550)

[cleber.coelho@ufsc.br](mailto:cleber.coelho@ufsc.br)

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar o modo como Severino Boécio (480 – 524) se posiciona frente aos bens da Fortuna em seu *De Consolatione Philosophiae (A Consolação da Filosofia)*, de modo mais específico no livro III da referida obra. Paralelamente, pretende-se estabelecer paralelos entre a abordagem boeciana e determinados parâmetros estabelecidos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina de Ensino Religioso. Deste modo, fazemos uma pesquisa bibliográfica que engloba uma interface entre Boécio e a nova BNCC, obtendo como resultado sugestões de possíveis abordagens didáticas a serem feitas por professores que ministram a disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas e privadas em nosso país.

**Palavras-chave:** Boécio. Ensino Religioso. BNCC.

**Abstract:** This article aims to analyze the way in which Severino Boethius (480 – 524) positions himself in relation to the goods of Fortune in his *De Consolatione Philosophiae (The Consolation of Philosophy)*, more specifically in book III of that work. At the same time, we intend to establish parallels between the Boetian approach and certain parameters established by the new National Common Curricular Base (BNCC) for the discipline of Religious Education. In this way, we carry out a bibliographical research that encompasses an interface between Boécio and the new BNCC, resulting in suggestions of possible teaching approaches to be made by teachers who teach the Religious Education discipline in public and private schools in our country.

**Keywords:** Boethius; Religious education; BNCC.

### 1 Introdução

Este artigo objetiva analisar o modo como Severino Boécio (480 – 524) se posiciona frente aos bens da Fortuna em seu *De Consolatione Philosophiae (A Consolação da Filosofia)*,

<sup>1</sup> Parte desta pesquisa já foi publicada em minha tese de doutorado: *A antropologia como itinerário à felicidade no De Consolatione Philosophiae de Boécio*, defendida no PPGFIL da UFSC.

<sup>2</sup> Doutor em Filosofia pela UFSC. Professor do Departamento de Metodologia de Ensino na UFSC. Endereço eletrônico: [cleber.coelho@ufsc.br](mailto:cleber.coelho@ufsc.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5314-2550>

doravante *DCP*), de modo mais específico no livro III da referida obra. Paralelamente, pretende-se estabelecer conexões entre a abordagem boeciana e determinados parâmetros estabelecidos pela nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina de Ensino Religioso. Deste modo, objetiva-se aqui desenvolver reflexões que dialoguem com professores inseridos nas escolas atuando na docência da disciplina de Ensino Religioso, à luz da abordagem boeciana acerca dos bens da Fortuna e suas possíveis relações com o mundo moderno. Não há aqui a pretensão, portanto, de analisar todos os cinco livros (a integridade da obra) do *De Consolatione Philosophiae*.

O *DCP*, obra de Boécio escrita no cárcere, é dividido em cinco livros. No princípio do livro I do *DCP* a Filosofia percebe que a angústia que invade seu discípulo é oriunda do abandono da própria razão. Mas quem é a Filosofia na referida obra? É importante situarmos a força e a importância simbólica da Filosofia ao longo do *DCP*. Toda a obra transcorre num diálogo entre Boécio e sua musa consoladora (a Filosofia), que surge para ele como uma espécie de voz da razão, fazendo-o encontrar quietude para suas dores. Boécio apresenta e descreve a Filosofia logo na primeira prosa do livro I, e a aponta como aquela que irá lhe despertar do sono letárgico:

Enquanto meditava silenciosamente essas coisas comigo e confiava aos meus manuscritos minhas queixas lacrimosas, vi aparecer acima de mim uma mulher que inspirava respeito pelo seu porte: seus olhos estavam em flamas e revelavam uma clarividência sobre-humana, suas feições tinham cores vívidas e delas emanava uma força inexaurível. Ela parecia ter vivido tantos anos que não era possível que fosse do nosso tempo. Sua estatura era indiscernível: por vezes tinha o tamanho humano, outras parecia atingir o céu e, quando levantava a cabeça mais alto ainda, alcançava o vértice dos céus e desaparecia dos olhos humanos. Suas vestes eram tecidas de delicadíssimos fios, trabalhados minuciosamente e feitos de um material perfeito; ela revelou mais tarde ter sido ela própria quem teceu a veste. A poeira dos tempos, assim como acontece com o brilho das antigas pinturas, obscurecia um pouco seu esplendor. Embaixo de sua imagem estava escrito um Pi e em cima um Theta (BOÉCIO, 1998, p. 4).

Assim, percebemos que embora a imagem da Filosofia apareça na obra permeada de simbolismos, ela não representa um ser concreto ou um delírio de um homem no cárcere. Ao contrário, Boécio se recorda que desde tenra idade foi amamentado nos seios da Filosofia, bebendo na sabedoria dos Antigos, e é aí que buscará seu consolo. A Filosofia representa no *DCP*, portanto, a voz da razão que guiará o discípulo angustiado de volta para o discernimento. Deste modo, esta Filosofia que surge para Boécio exerce na obra a função de mãe consoladora.

Um outro conceito central que norteia todo o *DCP* é o conceito de Fortuna. Ao reclamar da crueldade com que a Fortuna o tratou, Boécio acusa o golpe ao sentir as reviravoltas ocorridas em sua vida: passa da opulência à pobreza, da liberdade ao cárcere, da alegria à desesperança. Mas quem é essa Fortuna tão recorrente e central do *DCP*? Para os gregos a deusa Tique era responsável pela sorte e pelo destino. Para os romanos, paralelamente, Fortuna era a deusa responsável pela sorte, acaso, destino. Tanto que ao longo do *DCP* a Fortuna se apresenta como aquela que gira a roda do destino: ora rebaixando quem está acima, ora elevando quem está rebaixado nas tribulações humanas. Afirma Gutiérrez:

A mitologia afirmava que a vida sobre esta Terra era regida por uma deusa cega, cruel e caprichosa. Era a antiga deusa Tyche dos gregos, que no latim, a língua de Boécio, era chamada de Fortuna. Afirmava que ela regia o destino dos homens de maneira imprevisível. Assim, a vida estava marcada pela incerteza e o acaso. Tyche era a deusa do Acaso, ou simplesmente a Deusa Acaso. Acaso é a tradução da palavra grega Tyche, isto é, o nome da deusa. Para os gregos, essa deusa era cega. Algumas estátuas que chegaram até hoje mostram-na sem olhos: não podendo ver, ela distribuía favores e desgraças arbitrariamente. Isso dava à vida um tom trágico, pois estava sujeita a grandes mudanças e a viradas bruscas. O futuro era algo imprevisível, pois estava nas mãos da própria incerteza, do acaso, do sem causa e aleatório, de algo que estava fora da ordem causal das coisas (GUTIÉRREZ, 2018, p. 41)

Assim, é uma chave de compreensão da obra boeciana situar que a Fortuna, tão recorrente no *DCP*, se refere a esta deusa que gira de modo incessante a roda que alterna constantemente a vida dos humanos. Boécio se queixa da Fortuna porque, repentinamente, se vê despido de todos os seus bens, encarcerado, esperando a pena capital sob acusação (e condenação) de ter conspirado contra o imperador Teodorico.

## 2 A consolação da filosofia

O *DCP* inicia-se com Boécio desolado diante de seus infortúnios.<sup>3</sup> A tônica da obra leva Boécio a escrever uma consolação “para buscar na sabedoria um remédio contra a adversidade”<sup>4</sup>. Esse remédio passa a ser a busca de preceitos para bem nos guiarmos no

---

<sup>3</sup> “Boecio caído de las alturas de su cargo político en la corte, y desposeído de sus bienes, de su fama y, sobre todo, de su libertad, está preso y prostrado en una mazmorra lúgubre y oscura. Es la imagen viva del espíritu caído, desposeído de su dignidad y sus propios bienes, prisionero en la cárcel del cuerpo y de sus inclinaciones sofocantes.” (RODRÍGUEZ, 1995, p. 240).

<sup>4</sup> (GILSON, 2001, p. 159.)

mundo.<sup>5</sup> O primeiro livro do *DCP* escrito por Boécio é praticamente todo voltado para a postura deste diante da morte.

A Filosofia, sua mestra, vendo tamanha desolação em seu discípulo, faz com que ele encontre seu consolo e mantenha-se sereno diante da morte iminente. Mostra-lhe que Boécio, se sofria no exílio, não era por ter sido expulso de sua pátria, mas por ter se desviado dela. É preciso lembrar-se de sua verdadeira pátria. Deixar-se conduzir pela sabedoria divina e obedecer à sua justiça, sem hesitar em seu coração: aí está o verdadeiro consolo.

Boécio reconhece que o mundo não é governado pelo acaso, mas, sim, por uma razão superior. Acreditando na ordenação do mundo presidida por Deus, admite que as coisas que ocorrem em nosso mundo só se dão com sua permissão. O sofrimento de Boécio, diz a Filosofia, se dá pelo esquecimento da finalidade e das leis que regem o universo. É justamente através da crença na razão divina que o romano poderá encontrar a serenidade diante de seus infortúnios e diante da morte.

No entanto, antes deste retorno à verdadeira morada, Boécio investiga (livros II e III) se os bens da Fortuna (os benefícios que a Fortuna, ao girar a roda do destino, concede aos homens) trazem verdadeira felicidade ao homem. Podem os bens da Fortuna proporcionar felicidade? Pode a Fortuna proporcionar uma felicidade plena, isenta de perturbações e males? Os bens da Fortuna oferecem ao homem o autêntico júbilo que ele busca para sua alma? Este é um dos temas-chave do *DCP*, e sobre estas indagações agora nos deteremos. Mostraremos como Boécio investiga os bens da Fortuna, se estes podem ou não trazer felicidade ao homem, ou que tipo de felicidade podem os bens da Fortuna oferecer.<sup>6</sup>

### 3 Os bens da fortuna

No livro III do *DCP*, Boécio dedica algumas prosas para dissertar sobre os bens da Fortuna. Bens da Fortuna são os benefícios temporários que a deusa concede (empresta) às pessoas ao girar a roda. Importante lembrar que, ao girar a roda, a deusa Fortuna pode conceder um bem, mas também retirá-lo.

---

<sup>5</sup> “El remedio para esta ceguera y oscurecimiento mental reside en la filosofía. Esa “dama” que visita a Boecio en su mazmorra se dispone a limpiar con un pliegue de su vestidura los ojos del prisionero, oscurecidos por la nube de cosas terrenales.” (RODRÍGUEZ, 1995, p. 243.)

<sup>6</sup> Importante ressaltar que o pensamento filosófico voltado para a “Fortuna” ganhou imensa ênfase no período medieval em função de Boécio, como resalta Le Goff: “Símbolo da mutação, das alternâncias da vida cotidiana, esta imagem percorreu toda a Idade Média, que a recebeu como herança de Boécio.” (LE GOFF, 1985, p. 206.)

A prosa III é dedicada às riquezas: Boécio reconhece que, mesmo diante da riqueza, a inquietude humana não se ausenta, pois continuamos desejando uma série de coisas que não possuímos. E também, pela presença de algum elemento indesejado que nos cerca, mesmo tendo riquezas. As maiores riquezas não concedem ao indivíduo aquilo que ele pretende encontrar nelas: o sentimento de total saciedade e plena satisfação. Ilude-se quem imagina que as riquezas concedem ao homem a ausência de necessidades: o próprio dinheiro, por exemplo, não possui a propriedade de não poder ser roubado pelos outros, o que já causa inquietações, pois aquele que o possui tornar-se-á apreensivo para preservá-lo. Aqueles que possuem muito dinheiro, ao invés de se tornarem mais independentes, tornam-se, ao contrário, dependentes do auxílio alheio para proteger sua riqueza. Eis a contradição: enquanto as riquezas e o dinheiro prometem independência, a posse deles acarreta, pelo contrário, dependência daqueles que nos oferecerão seus préstimos para garantirmos a segurança de nossas posses, nossas riquezas. Diz a Filosofia: “Portanto, a riqueza não pode fazer com que um homem não tenha necessidade de algo, que é o que ela promete” (BOÉCIO, 1998, p. 60).

A prosa IV é dedicada às honrarias e à fama: Boécio aborda essa questão nos dizendo que, se agimos de acordo com nossas próprias convicções, por aquilo que acreditamos ser correto, teremos nossa recompensa na própria ação. Seremos bem-aventurados por termos agido conforme aquilo que consideramos ser o melhor. Por outro lado, se agimos buscando o reconhecimento alheio, estaremos nos movendo não em busca da boa ação, mas em busca do aplauso da praça do mercado, da lisonja que torna o homem escravo de sua vaidade. Segue-se daí, que é necessário ter humildade até com sua própria consciência, pois “na verdade, o mérito possui efetivamente uma dignidade que lhe é própria e que se comunica imediatamente às pessoas de bem” (BOÉCIO, 1998, p. 62).

A prosa V é dedicada à questão do poder: a Filosofia afirma que não há poder que evite preocupações nem possa evitar as angústias e o medo. Deste modo, até mesmo os reis não conseguem levar uma vida sem preocupações. Ninguém é poderoso a ponto de ser intocável ou autossuficiente. Ter poder costuma estar associado a receber possíveis ameaças, golpes, ser vítima de traições: “Qual é afinal o poder que não pode deixar de se subtrair às preocupações nem evitar as angústias do medo?” (BOÉCIO, 1998, p. 64).

A prosa VI é novamente dedicada à fama e à glória: onde se explicita a inutilidade de buscar reconhecimento e aplausos diante da brevidade de nossa existência frente à eternidade. Fama e glória são fugidias, fugazes, e depender da opinião da multidão consiste em se submeter a algo extremamente inconstante e instável: aquele que é aplaudido hoje pode ser execrado amanhã. Por isso a Filosofia diz a Boécio: “Ademais, não levo em conta minimamente o reconhecimento público, pois ele não procede de um juízo sóbrio nem perdura por muito tempo” (BOÉCIO, 1998, p. 66-67).

A prosa VII é dedicada à questão dos prazeres: A maioria dos homens acredita que a “suprema felicidade consiste em se embriagar no prazer” (BOÉCIO, 1998, p. 55-56), mas a felicidade não se encontra nos apelos das ilusões corpóreas. Aquele que quer ser imperturbável não deve sucumbir às tentações rasteiras dos prazeres, deve manter-se equânime e senhor de si, pois, afirma Boécio, “quem quer ser poderoso, que domine suas ávidas paixões, e não se abandone ao prazer, companheiro tão vergonhoso” (BOÉCIO, 1998, p. 65).

Boécio considerava os prazeres dignos de vergonha, pois causam perturbação à alma e fazem do homem um ser que em nada se diferencia dos demais animais. Dando vazão à sua natureza animal, o homem se igualaria àqueles que possuem comportamentos meramente instintivos, não se valendo da razão e não mantendo seu predomínio. Ele interroga a si mesmo: “E o que eu poderia dizer dos prazeres sensuais, cuja busca é sempre acompanhada de tormentos, e a satisfação, de remorsos?” (BOÉCIO, 1998, p. 66). Boécio ainda é enfático em seu posicionamento, quando questiona: “E, se os prazeres podem conduzir à felicidade, por que então não afirmaríamos que também os animais conhecem a felicidade, uma vez que todos os seus esforços tendem à satisfação de uma necessidade física?” (BOÉCIO, 1998, p. 66). O sábio, portanto, é aquele que possui domínio sobre os prazeres, é regido pelo autocontrole, não sendo escravo da busca incessante dos prazeres corpóreos.<sup>7</sup>

Perpassados todos estes bens da Fortuna, Boécio consegue chegar a um denominador comum com sua musa Filosofia. Eis a síntese daquilo que Boécio estabelece ao longo dessas reflexões, e que tentou de fato exprimir: como vimos, Boécio no livro III do *DCP*

---

<sup>7</sup> Interessante notar que Heráclito de Éfeso possui um fragmento que é muito semelhante a esta passagem, em que defende que a felicidade não consiste nos prazeres do corpo. “Se a felicidade estivesse nos prazeres do corpo, diríamos felizes os bois, quando encontram ervilha para comer” (HERÁCLITO, 1980, p.79.)

dedica algumas prosas (prosas 3 a 7) para tentar vincular a felicidade aos bens da Fortuna.<sup>8</sup> Na prosa 8, entretanto, apresenta-se uma espécie de resumo daquilo que é tratado nas demais prosas acima citadas. Boécio procura demonstrar passo a passo o quanto os bens do mundo são insuficientes para proporcionar a plena felicidade.<sup>9</sup> Juntar riquezas está associado a tornar alguém pobre, buscar honrarias equivale a humilhar-se perante aqueles que as concedem, deter o poder equivale a sempre correr o risco de traição e estar sujeito a inúmeros perigos. Do mesmo modo a glória constitui-se num caminho perigoso e difícil, a vida de prazeres torna desprezível aquele que para eles se entrega, pois iguala-se aos animais. A beleza física, igualmente efêmera, nos faz ver apenas as aparências, mas até mesmo Alcebíades tornar-se-ia feio, caso pudéssemos ver suas vísceras. Todos os bens da Fortuna, portanto, não garantem a felicidade que prometem, pois não reúnem a totalidade dos bens existentes. Estes bens (os bens da Fortuna) causam dispersão, cisão, e a verdadeira felicidade leva-nos à unidade e não à dispersão.<sup>10</sup> Na prosa 8 do livro III do *DGP*, após Boécio objetar um a um os bens da Fortuna, mostrando o quanto eles são incompletos, encerra-se a prosa para compreendermos a ausência da verdadeira felicidade nos bens da Fortuna:

De tudo o que foi dito pode-se concluir como fato essencial que os atrativos incapazes de garantir os bens que prometem e que não reúnem em si a totalidade dos bens existentes não são caminhos que levam à felicidade, e portanto, não são suficientes para levar o homem à verdadeira felicidade (BOÉCIO, 1998, p.70).

Ao se mostrar tão enfático e convicto quanto ao que a autêntica felicidade não é, ou quanto àquilo que a felicidade plena efetivamente não é, compete-nos aqui apenas mencionar que para Boécio a verdadeira felicidade é completa, pois encerra em si todos os

---

<sup>8</sup> “Todavia, o trabalho de Boécio consistirá em mostrar que esses bens, imagens da felicidade, não constituem o bem supremo, isto é, não podem proporcionar a posse do bem que todos naturalmente desejam; eles próprios, os múltiplos bens, hão de exigir a superação de si mesmos, em função de se exigir o bem que pode ser identificado com a felicidade verdadeira.” (SAVIAN FILHO, 2005, págs. 112 e 113.)

<sup>9</sup> “La “buena” Fortuna en todos los casos produce una falsa felicidad: 1) ya porque se la sabe mudable y por lo tanto se teme en cualquier momento su pérdida y así no se goza , 2) ya porque no se lo sabe y se goza en la ceguera de la ignorancia , 3) ya incluso porque “si en alguna ocasión y de manera excepcional se produce la estabilidad de una situación fortuita, con todo el último día de vida es como una especie de muerte para la Fortuna que ha permanecido estable.” (DE TURSI, 2006, p. 414.)

<sup>10</sup> “A felicidade não pode encontrar-se em algo fraccionado e múltiplo, mas num bem único, que não provém de coisas exteriores, e que encerra em si a plenitude de tudo o que se possa desejar.” (DE BONI, 2003, p. 61.) Vale também ressaltar os argumentos de Ghisalberti, que defendem uma linha de raciocínio semelhante aos argumentos aqui defendidos: “non è la quantità dei beni chiamati a soddisfare particolare aspirazioni dell’uomo, bensì la qualità. Un solo bene, purché sia vero e perfetto, può esaurire l’aspirazione alla felicità: è necessario recuperare compositivamente ciò che “simplex est indivisumque natura”, perché la *resolutio* non si è mostrata altro che un *error*, che per Boezio há frazionato ciò che è semplice e indiviso per natura e, da vero e perfetto, l’ha trasformato in falso e imperfetto. Vero e perfetto è perciò quel bene che è solo bene, tutto il bene, in grado di espungere da sé il suo contrario.” (GHISALBERTI, 1981, p. 183-184.)

bens. É perfeita, pois se alguma das perfeições lhe faltasse não seria plena. É também a finalidade buscada por todos os homens.<sup>11</sup> A verdadeira felicidade, para Boécio, reside em Deus. Feitas estas contextualizações, nos deteremos agora, conforme sinalizado na introdução deste artigo, na promessa de felicidade ofertada pelos bens da Fortuna e possíveis relações com o Ensino Religioso escolar.

Será possível estabelecer relações entre a abordagem boeciana sobre a felicidade incompleta dos bens da Fortuna e o Ensino Religioso nas escolas, conforme a nova Base Nacional Comum Curricular? Existem instrumentos que podem levar um professor de Ensino Religioso a valer-se das ideias de Boécio, no que se refere aos bens da Fortuna aqui elencados (a saber: riquezas, honrarias, fama, poder, glória e prazeres) com unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades elencadas na nova BNCC? Para empreendermos essa tentativa de aproximação entre a Filosofia do romano e a disciplina de Ensino Religioso conforme a nova BNCC, necessitamos analisar, ainda que a partir de um recorte específico que aqui nos interessa, o que a Nova Base nos diz sobre a disciplina de Ensino Religioso a ser ofertada nas escolas brasileiras.

#### 4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é um documento elaborado pelo governo federal e publicado em sua última versão no ano de 2018. A BNCC norteia uma série de princípios didático-pedagógicos válidos para todo o território brasileiro. Embora a BNCC explicita que grande parte dos conteúdos precisam ser elaborados pelos próprios Estados, pensando nas peculiaridades de cada realidade local, há competências e habilidades apresentadas pelo referido documento que pretendem ser aplicadas em todo o Brasil. Deste modo, a BNCC nos apresenta dez competências gerais para a educação básica. Todas estas competências são importantes para a construção dos parâmetros deste documento, mas mencionaremos especificamente uma competência que parece ser de extrema importância para a disciplina de Ensino Religioso. A competência geral número 6 (seis) diz:

---

<sup>11</sup> Importante ressaltar que no *DCP* Boécio ora emprega o termo *felicitas*, ora emprega o termo *beatitudo*. Quanto à distinção, dentro da obra, destes dois termos, nos diz Savian Filho: “... ele (Boécio) parece distinguir o uso de *felicitas*, como um termo genérico para designar uma experiência de felicidade incompleta, exposta às variações da vida, e *beatitudo*, como sendo o estado perfeito de beatitude, da qual a *felicitas* seria uma espécie de antegozo e gozo imperfeito.” (SAVIAN FILHO, 2005, p. 111.)

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2018, p. 9).

Considerando que em sala de aula um docente terá dezenas de alunos possivelmente pertencentes aos mais diversos modos de profissão de fé, a valorização da diversidade e acolhimento da pluralidade tornam-se fundamentais em sua prática profissional. Não é tarefa do professor ministrar uma disciplina de Ensino Religioso de modo confessional, como se estivesse a serviço de uma determinada religião (prática não tão incomum há algumas décadas em nosso país). A própria BNCC enfatiza:

Estabelecido como componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, foram elaboradas propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas natureza e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade (BNCC, 2018, p. 435).

É sabido que há muitas controvérsias sobre a disciplina de Ensino Religioso possuir oferta obrigatória (embora o estudante não seja obrigado a cursar a disciplina). No entanto, é importante ressaltar que esta disciplina pode contribuir fundamentalmente para que os estudantes reconheçam a multiplicidade de crenças existentes em nossa sociedade tão plural (e também em outras sociedades, atuais e antigas), adotando uma postura de respeito e boa convivência com a diversidade de concepções religiosas existentes no mundo. Além disso, levantaremos aqui a hipótese de que a disciplina de Ensino Religioso ministrada no Ensino Fundamental pode também servir ou operar como uma introdução (ou convite) à Filosofia, uma vez que a BNCC apresenta, nos parâmetros voltados à disciplina de Ensino Religioso, uma série de categorias filosóficas de extrema importância, tais como: estética, moral, ética, alteridade, transcendência, imanência, entre outras. Vale conferir os objetivos específicos da disciplina de Ensino Religioso:

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos: a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição

Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BNCC, 2018, p. 436).

Vale ainda mencionar uma passagem da BNCC que parece aproximar ainda mais a disciplina de Ensino Religioso da disciplina de Filosofia:

Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. No Ensino Fundamental, o Ensino Religioso adota a pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão. (BNCC, 2018, p. 436).

Pode-se perceber o quanto a Nova Base estabelece parâmetros para que o Ensino Religioso escolar se fundamente em categorias filosóficas essenciais em sua construção. Para além de um ensino confessional ou dogmático, compete aos docentes convocar os estudantes para a percepção da diversidade religiosa existente na sociedade, até mesmo a laicização do Estado e compreensões seculares de mundo, combatendo quaisquer tipos de exclusão. Para além da própria crença, o estudante deve ser estimulado a um exercício de alteridade, de percepção e respeito à visão de mundo do outro, numa sociedade onde a diversidade de crenças (e de percepções de mundo) deve existir sem rusgas.

## **5 BNCC e Boécio: convergências**

Feitas as necessárias contextualizações, voltemos para a pergunta fundamental que originou esta pesquisa, a saber, de que modo os falsos bens da Fortuna mencionados por Boécio no *DCP* podem ser subsídio para um professor de Ensino Religioso? Tomaremos como exemplo desta aproximação conteúdos destinados ao 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. No 8º ano uma das temáticas da disciplina de Ensino Religioso é: “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Esta temática apresenta como objetos de conhecimento: “Crenças, convicções e atitudes; Doutrinas religiosas, Crenças, filosofias de vida e esfera pública; Tradições religiosas, mídias e tecnologias”. Dentre as habilidades elencadas a serem desenvolvidas nesta unidade, encontramos: “(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas. (EF08ER02) Analisar

filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos” (BNCC, 2018, p. 457).

Passemos a outro exemplo para estabelecermos possíveis conexões: no 9º ano uma das temáticas da disciplina de Ensino Religioso é: “Crenças religiosas e filosofias de vida”. Esta temática apresenta como objetos de conhecimento: “Imanência e transcendência; Vida e morte; Princípios e valores éticos”. Dentre as habilidades elencadas a serem desenvolvidas nesta unidade, encontramos:

(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. (EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias (BNCC, 2018, p. 459).

Pelo exposto acima, podemos partir daquilo que é exposto na BNCC para buscarmos algumas aproximações entre o pensamento de Severino Boécio, no que se refere aos falsos bens da Fortuna como caminho inseguro à felicidade, e a disciplina de Ensino Religioso. Boécio, como vimos acima, expõe no livro III de seu *DCP* o quanto os bens da Fortuna são ilusórios para conduzir o ser humano a uma autêntica felicidade (que deve ser completa e perfeita, no entendimento do romano). Boécio demonstra como riquezas, fama, honrarias, poder e prazeres podem se constituir entraves para uma vida verdadeiramente feliz, ou, para fazermos uma relação com a disciplina de Ensino Religioso nas escolas: uma vida equilibrada sob o ponto de vista dos valores e princípios éticos a serem objetos de reflexão por parte dos alunos. Exemplificando de modo a buscar diálogo com os docentes que ministram o Ensino Religioso escolar: quando Boécio se refere ao poder ilusório das riquezas, pode o professor propor discussões acerca das desigualdades dentro de uma sociedade tão discrepante sob o ponto de vista da distribuição de renda, onde ainda tantas pessoas trabalham em condições análogas à escravidão para sustentar ou aumentar a riqueza de alguns poucos. As riquezas, a manutenção e aumento do lucro e do capital, estão acima da dignidade humana? É uma questão-problema que o professor pode explorar. Quando Boécio menciona a fama, as honrarias e a glória como ilusórias e enganosas, porque promovem uma falsa sensação de importância no indivíduo, que pode do dia para a noite ser esquecido ou execrado por aqueles que hoje o exaltam, pode o professor fazer uma relação direta com as celebridades instantâneas do mundo moderno, a busca pelos “cinco minutos de fama”, no quanto as redes sociais condicionam muitas vezes as pessoas a venderem uma falsa imagem de felicidade em

busca de “curtidas” (*likes*). E ainda, no quanto uma pessoa com milhares de seguidores que a exaltam pode repentinamente ver essas mesmas pessoas desferirem mensagens de ódio por conta da política do cancelamento (termo muito usado nos dias de hoje para se referir a alguém que passa a ser execrado em função de uma determinada foto, mensagem postada ou posicionamento político adotado). É saudável buscar o aplauso (ou aplaudir, exaltar) e o reconhecimento dos outros nas redes sociais, muitas vezes baseado na criação de uma imagem pessoal inautêntica, num chamado “perfil *fake*” (dito aqui como um perfil distante da realidade vivida)?

Igualmente quando Boécio se refere ao poder e aos prazeres como formas de escravização do ser humano, pode o docente que leciona Ensino Religioso apresentar aspectos da sociedade de consumo exacerbado (consumo como forma de prazer) na qual vivemos hoje, onde muitas vezes comprar desenfreadamente causa nas pessoas a falsa sensação de poder e prazer. E também, de como o poder muitas vezes é usado não para o bem comum, mas para o bem puramente individual, egoístico e eticamente condenável (por exemplo, quando um político usa seu poder para provocar desvios na verba da merenda escolar de um município). Assim, a relação desmedida com o poder e com os prazeres tende a tornar o indivíduo totalmente desprovido de temperança e comedimento, escravo das sensações, num mundo onde tantas vezes até mesmo os corpos se tornam meros objetos de desejo a serem consumidos, o que também pode ferir a dignidade humana. A busca desenfreada pelo poder e pelos prazeres não incute no ser humano a sensação de que a natureza, os objetos e até mesmo as pessoas podem ser descartáveis? É lícito buscar poder e prazeres como valores que estão acima dos sentimentos, do consumo racional e ambientalmente sustentável?

Como vemos, são muitas as interfaces que podem ser encontradas por um professor da disciplina de Ensino Religioso, seguindo as orientações da BNCC, e o pensamento de Boécio no *DCP*. Alguns exemplos foram aqui citados, mas certamente outras perspectivas podem ser encontradas.

## **6 Considerações finais**

Todas as reflexões acima elencadas, evidentemente, precisariam estar ancoradas e auxiliadas por materiais de apoio (talvez excertos do *DCP* de Boécio?), planos de aula bem estruturados, que façam referência direta às temáticas, objetos de conhecimento e

habilidades relacionadas na BNCC. Entendemos que as relações que fizemos entre Boécio e as questões-problema aqui propostas contemplam as temáticas expostas pela BNCC ao discorrer sobre o Ensino Religioso escolar, na condição de exercício reflexivo sobre possibilidades de atuação docente. Se recordarmos que a BNCC, ao fundamentar os princípios norteadores para a disciplina de Ensino Religioso, menciona que é importante esta disciplina “contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania” (BNCC, 2018, p. 436), o enfoque dado por Boécio no século VI acerca do poder ilusório dos bens da Fortuna parece demasiado moderno. E se a construção e edificação de sentidos, valores e princípios estéticos, éticos, políticos, percepções de alteridade, se a construção de uma filosofia de vida (termo tão usado pela BNCC como temática do Ensino Religioso escolar) são objetivos da disciplina de Ensino Religioso, o pensamento de Severino Boécio pode ser grandiosa inspiração e apresentar luzes às propostas didáticas do docente que está no chão da sala de aula.

## Referências

BOÉCIO, S. **A consolação da filosofia**. Trad. do latim por Willian Li. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018. Disponível em [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) acesso em 29 de agosto de 2023.

DE BONI, L. A. **De Abelardo a Lutero-Estudos sobre filosofia prática na Idade Média**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

DE TURSI, A. **Exilio y patria, política y filosofía en la Philosophiae Consolatio de Boécio**. In: *Idade Média: Tempo do mundo, tempo dos homens, tempo de Deus*. Porto Alegre: Est edições, 2006. pp. 411-416.

GHISALBERTI, A. L'ascesa boeziana a Dio nel libro III della Consolatio. In: **Atti del congresso internazionale di studi boeziani (a cura de Luca Obertello)**. Roma: Editrice Herder, 1981, pp. 183-189.

GILSON, Etienne. **A filosofia na Idade Média**. Trad. Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUTIÉRREZ, J. L. **Severino Boécio: a liberdade e a roda da Fortuna**. In: *Trama Interdisciplinar*. São Paulo, v. 9, n. 3, pp. 38-47, set./dez. 2018

LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval**, vol I. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

**PRÉ-SOCRÁTICOS.** Trad. José Cavalcante de Souza e Anna L. de Prado. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980, (Os Pensadores).

RODRÍGUEZ, J. A. **La Antropología de Boécio:** In: La ciudad de Dios (revista agustiniana) vol. CCVIII. El Escorial: Real Monasterio, 1995, pp. 225-263.

SAVIAN FILHO, J. Boécio e a ética eudaimonista. In: **Cadernos de ética e Filosofia política** 7. São Paulo: Produção USP, 2005. pp. 109-127.

**Recebido em: 05/09/2023**

**Aprovado em: 31/10/2023**

**Publicado em: 20/12/2023**